



JUVENTUDE  
SOCIAL  
DEMOCRATA

**DISTRITAL  
CASTELO  
BRANCO**

JSDDISTRITALCASTELOBRANCO.PT



// JSD.Distrital.CasteloBranco@gmail.com



// JSD.Distrital.CasteloBranco

**PROGRAMA ELEITORAL  
LEGISLATIVAS 2019**

**JSD**   
DISTRITAL  
CASTELO BRANCO

O que queremos  
alcançar ?

***“VIVEMOS COM O QUE  
RECEBEMOS,  
MAS MARCAMOS A VIDA  
COM O QUE DAMOS”***

- Winston Churchill

# O que queremos alcançar ?

## **Hugo Ferrinho Lopes,**

Presidente da JSD Distrital Castelo Branco

Desde o antropomorfismo descritivo de Aristóteles que partimos do pressuposto que o início e o fim de toda a ação política são o mesmo: a busca incessante pelo bem-estar geral, através da justiça social e da temperança entre homens. A temperança e a sabedoria dependem dos agentes políticos, mas o debate que dura há mais de dois milénios reside nas diferentes visões sobre justiça redistributiva. Desde a Revolução Francesa que os conceitos de esquerda e direita adquiriram uma importância fundamental na política de massas. Todavia, muito antes de haver quem se sentasse de um lado ou de outro do rei, já havia quem apresentasse aquilo que viriam a ser as bases do comunismo e liberalismo. De Platão e Aristóteles a Rawls e Nozick, o mundo ainda não conheceu a solução perfeita para redistribuir a riqueza entre os homens para diminuir o fosso entre ricos e pobres, mantendo, ainda assim, a meritocracia e a livre iniciativa cidadã.

Nas humildes propostas que aqui explanamos, procuramos dar o nosso contributo para este debate na sua vertente territorial e geracional. Só promovendo a igualdade *à partida*, a equidade entre interior e litoral e entre jovens e idosos se alcança a equidade. Não queremos um Estado alargado, mas tão-somente aquele que corrija as desigualdades sociais e as falhas de mercado, por forma a que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso. Por exemplo, se o PIB *per capita* da

# O que queremos alcançar ?

Beira Baixa se cifra em 60% da média nacional, não faz sentido que tenhamos as portagens mais caras do país.

Com efeito, um jovem da Beira Baixa quer estudar, trabalhar e viver na sua terra, mas, para isso, são necessárias condições para a sua sustentabilidade e emancipação. Este estudante deslocado quer vir ao seu distrito, mas paga tanto pelo passe mensal da Carris e Metro em Lisboa como para visitar a família num único fim-de-semana. Um empreendedor, por sua vez, quer melhorar os salários e aumentar a oferta de trabalho, mas vê-se confrontado com impostos incomportáveis. Esta é parte da história de um distrito que anda a diferentes velocidades e está dividido em três Comunidades Intermunicipais sem que a realidade social e demográfica o reflita. Uma região que perde 2000 eleitores por ano e que tem quatro dos dez municípios mais envelhecidos do país – um dos quais tem apenas 253 jovens em todo o seu território –, as portagens mais caras do país, sem alternativa viável, uma rede ferroviária do século passado e a Instituição de Ensino Superior que mais cresceu e que é, simultaneamente, a mais subfinanciada. Portanto, se pessoas aqui queremos fixar, primeiro delas devemos cuidar.

Nenhuma liderança do PSD teve a coragem de ir mais longe neste processo. A maior metrópole da península (Madrid) fica no Interior e não foi por isso que deixou de se desenvolver. No entanto, em Portugal, há jovens que passam duas horas por dia em autocarros dentro do mesmo município para ir à escola; outros que, pela não conclusão do IC6, demoram o mesmo tempo a ir ao hospital de Coimbra (distrito fronteiriço) que a Lisboa ou Porto; ou até, pela inexistência do IC31, pensam

# O que queremos alcançar ?

que a fronteira com Espanha não passa de uma perceção do Google Maps. É tempo de propor medidas ativas de incentivo à natalidade, à mobilidade no Interior e ao emprego jovem. É preciso que a JSD e o PSD levem a Coesão até ao Parlamento e ajudem a pressionar uma câmara pouco mobilizada para estas questões. E note-se: já não falamos em discriminação positiva, mas tão-somente em igualdade de critérios. Não podem ser os jovens do Interior a pagar a qualidade de vida dos outros. Somos todos portugueses.

Neste programa, priorizamos a Coesão Territorial como bandeira política, sustentada na Mobilidade, Educação, Emprego e Inovação. Mas não deixamos de espelhar a nossa visão sobre as restantes áreas da política portuguesa. As propostas resultam de um trabalho de quase dois anos em que ambicionámos transformar a Interioridade numa Oportunidade com o projeto político 'Agora, o Interior!' e a Academia de Inverno 'Democracia(s) XXI'. Para problemas que parecem intemporais, deixaremos soluções estruturais. Quero prestar um sentido agradecimento ao João Diogo e ao Mário Pereira, dois dos melhores quadros que já acompanhei, pela coordenação irrepreensível deste projeto, bem como a todos quantos contribuíram para o estudo, análise, discussão e deliberação das medidas que aqui apresentamos: à Comissão Política Distrital da JSD, ao Tomás Gonçalves, ao Luís de Matos, ao Daniel Luís, ao António Louro, ao José Bastos Pinto, à Ana Azevedo Moreira, ao Vasco Lopes, à Daniela José ao Duarte Matias.

# O que queremos alcançar ?

## **Márcia Caldeira Nunes,**

Candidata a deputada da JSD pelo círculo de Castelo Branco

Ao aceitar o desafio de representar a JSD Distrital de Castelo Branco na lista de candidatos a Deputados à Assembleia da República abracei o desafio de uma geração.

Uma geração que viu os seus pais e avós retirarem da terra o seu sustento e que não mais pode calar a voz de um (considerado) Interior que tem sido abandonado à sua sorte e sufocado por interesses económicos desleais. Uma geração que teima em não arredar pé da sua terra, apostando no empreendedorismo e na Educação de Excelência como alavancas fundamentais para levar a sua Região mais além. E que mesmo sendo considerada a mais bem preparada, se vê empurrada para outras paragens, deixando para trás o sonho de retribuir às gerações anteriores todo o bem que colheu.

Uma Beira Baixa com um alto potencial sócio-económico de desenvolvimento pela sua centralidade e pela qualidade de vida que pode proporcionar face às zonas metropolitanas.

Um território que se estende da Serra da Estrela ao Pinhal Interior Sul, cheio de tradição, de cultura e de produtos endógenos. Onde o turismo pode e deve crescer

# O que queremos alcançar ?

ainda mais e o pulmão de Portugal – que consecutivamente tem sido abandonado – deve ser protegido e potenciado.

Um Distrito que paga das portagens mais caras do país e que também é automaticamente excluído de importantes medidas como os passes sociais grátis já que a rede de transportes públicos, mais do que deficitária, é praticamente inexistente.

Ao longo de dois anos, a JSD Distrital de Castelo Branco reuniu, fundamentou e divulgou as propostas multisectoriais que agora se sintetizam, para que todos possam conhecer, debater e juntarem-se ao desafio de defender a Beira Baixa.

O desafio que abracei não é só meu: é de todos os Jovens que querem contribuir para um maior equilíbrio entre o Interior e o Litoral. Pela solidariedade intergeracional que deverá proteger quem tanto já deu ao nosso país e também apoiar quem quer marcar a diferença agora e no futuro.

# O que queremos alcançar ?

## **Mário Pereira,**

Coordenador Político da campanha distrital da JSD

Quatro anos de geringonça, quatro anos cheios de nada. Depois de quatro anos em que não vimos Portugal ser alvo das reformas estruturais necessárias, em que assistimos a uma degradação alarmante do nosso Serviço Nacional de Saúde, só mesmo a habilidade ilusionista de Costa e Centeno para fazerem com que esta aliança artificial das esquerdas chegasse até ao fim da legislatura. É por isso que nestas eleições enfrentamos um desafio tremendo: livramo-nos das amarras de um governo que apenas se preocupa com a sua sobrevivência e nunca com os reais problemas do país. É imperativo não deixar que António Costa e Mário Centeno voltem a ter a oportunidade de destruir ainda mais o nosso país, enquanto tranquilamente preparam as suas putativas candidaturas ao FMI e à presidência da República Portuguesa.

A JSD Distrital de Castelo Branco quer, nestas eleições, ser uma voz ativa, preocupada e com grande vontade de defender as principais causas do nosso país. Não deixamos que tracem os nossos destinos com o dogma de que “os jovens são o futuro”. Nós somos o presente, pois são os jovens que todos os dias somos enfrentados aqueles que são alguns dos mais graves problemas de Portugal. Desde a precariedade, à falta de oportunidades profissionais dignas, passando pela falta de condições para constituir família e a obrigação de abandonar as suas raízes, os



# O que queremos alcançar ?

Joventes são obrigados a carregar diariamente um fardo pesadíssimo e por isso não aceitamos que descartem as nossas opiniões e visões. Sabemos muito bem o que queremos, de onde viemos e para onde vamos.

O programa que a JSD Distrital de Castelo Branco apresenta às próximas eleições legislativas resulta de um trabalho intenso de recolha, estudo e aprofundamento levado a cabo durante os últimos quatro anos. Todas as medidas que aqui apresentamos resultam da nossa atividade junto da população e entidades competentes, e por isso acreditamos tratar-se de um contributo inestimável para o futuro do país, da Beira Baixa e sobretudo das gerações mais jovens. Na pessoa da nossa candidata, Márcia Nunes, queremos marcar profunda e positivamente o próximo debate eleitoral no nosso país. Aqui estamos, para ser a voz que todos precisam, pelo fim de uma governação mentirosa de um partido socialista demagogo, sensacionalista e sem visão de futuro para Portugal.

# O que queremos alcançar ?

## MOBILIDADE PARA APROXIMAR



- Redução do valor das portagens na A23
- Conclusão do IC6 e do IC31
- Melhoramento da rede ferroviária e conclusão da linha da Beira Baixa
- Aumento dos descontos para jovens em comboios/autocarros e alargamento da idade contemplada até aos 30 anos
- Aeroporto internacional no Interior de Portugal

## EDUCAÇÃO PARA REFORMAR



- Inclusão das disciplinas de Programação e Formação Cívica e Política no Ensino Secundário
- Digitalização dos manuais escolares para reduzir o peso dos livros nas mochilas
- Redução da carga horária letiva
- Reforço de soft-skills e educação não formal
- Revisão da fórmula de financiamento do Ensino Superior
- Proteção Social para Investigadores
- Fusão da UBI, IPG e IPCBL

## EMPREGO & INOVAÇÃO PARA FIXAR



- Mega campus empresarial no Interior de Portugal
- Incentivo ao tele-trabalho
- Taxa de 0% no IRC das empresas que se fixem no Interior
- Descentralização de serviços públicos para o Interior
- Criar uma dotação específica para o Interior para financiar programas de habitação
- Regime especial de IRS por 10 anos para quem escolher trabalhar no Interior
- TSU de 5% para trabalhadores e 15% para empresas que se fixem no Interior

# O que queremos alcançar ?

## PROPOSTAS SETORIAIS

### ***Floresta, Ambiente e Ordenamento<sup>1</sup>***

- Simplificação da orgânica governamental de gestão da floresta, por forma a pôr termo à excessiva burocracia e demasiada densidade de organismos com ineficiente repartição de responsabilidades neste âmbito;
- Criação de um programa de valorização da produção florestal nacional, para um aumento de escala, maior facilidade de exportação e maior consumo interno do que é produzido;
- Mudança de paradigma no campo da profissionalização da agricultura (facilitar formação a pessoas que não estejam em idade ativa, maior flexibilidade de pré-requisitos para inscrição em formações profissionais);
- Encerramento da Central Nuclear de Almaraz;
- Uma melhor gestão do financiamento comunitário a projetos de produção agrícola e florestal;
- Mecanismos mais eficientes, flexíveis e céleres de fixação e exploração de parcelas para atividade agrícola, para tentar atenuar a migração cada vez mais intensa de população para os grandes centros urbanos;
- A necessidade de regular melhor o mercado da produção florestal, e proteger, acima de tudo, os pequenos produtores. Maior segurança económica para a

---

<sup>1</sup> Contributos de Daniel Luís e António Louro.

# O que queremos alcançar ?

exploração dos minifúndios conduzirá a maior consciência do zelo e preservação que estas parcelas precisam;

- Potenciar o envolvimento e responsabilidades de gestão das CIM no âmbito do ordenamento do território e da floresta;
- Esbater o desfasamento territorial de recursos técnicos, no sentido de otimizar a resposta às necessidades locais do ordenamento do território;
- O combate de ineficiências no que concerne o cumprimento efetivo dos PDM;
- Conferir personalidade jurídica às ZIF, alterando o seu regulamento a fim de conseguirem diversificar as suas fontes de financiamento;
- A criação de plataformas de prevenção de incêndios geridas pelos municípios, garantindo-lhes maior autonomia;
- A certificação como uma ferramenta de majoração substancial do valor dos produtos de origem florestal;
- O alargamento do apoio concedido pelo governo ao registo predial rústico, no âmbito da gestão da floresta e do seu cadastro, devendo este ser acompanhado de um regime fiscal adequado e que promova a adesão dos proprietários;
- A diversificação dos recursos, não explorando apenas a madeira de pinheiro bravo e eucalipto, mas apostando também no turismo, biomassa, energia eólica e na exploração de cogumelos silvestres e de medronho;
- Melhor regulação do mercado da produção florestal, com intuito relevante de proteger acima de tudo os pequenos produtores. Maior segurança económica para a exploração dos minifúndios conduzirá a maior consciência do zelo e preservação que estas parcelas precisam.

# O que queremos alcançar ?

## **Saúde em Territórios de Baixa Densidade<sup>2</sup>**

- Incentivo à instalação de USF nas instalações de CSP do Distrito, que se substituam às vigentes UCSP;
- Criação de um projeto-piloto de prestação de acompanhamento médico via telefone e/ou domicílio, com enfoque na população idosa, polimedicada, com sinalização de isolamento;
- Protocolos autarquias/escolas/MS para dinamização de campanhas de sensibilização e educação no âmbito da promoção de uma verdadeira Cultura de Saúde;
- Reforçar os meios alocados à prestação de serviços por parte da Rede Nacional de Cuidados Paliativos;
- Promover fóruns locais e regionais de partilha de boas práticas clínicas e de gestão quer de cuidados primários quer de cuidados diferenciados.
- Reforçar os mecanismos de auditoria e avaliação da gestão das unidades de saúde, numa ótica de melhoria contínua de desempenho;
- Modelos de financiamento/contratualização com base em resultados, que incluam uma componente de avaliação por parte do utente, nomeadamente por via de *Patient Reported Outcome Measures* (PROM);
- Programas de formação contínua a profissionais de saúde, dedicada em exclusivo ao recurso das ferramentas digitais disponíveis no universo do SNS para melhoria do Acesso, Monitorização e Avaliação em Saúde;

---

<sup>2</sup> Contributos de João Diogo.

# O que queremos alcançar ?

- Campanha local (e nacional) de fomento à utilização das ferramentas digitais do SNS enquanto importantes catalisadoras da geração de evidência e informação no âmbito da Saúde Pública;

## ***O Turismo como Motor de Desenvolvimento do Interior<sup>3</sup>***

- A priorização do turismo enquanto setor de suporte à dinamização da região em matérias de competitividade negócios e economia no geral;
- Explorar o potencial da região no que diz respeito à sua versatilidade de atração turística em contextos sazonais diferentes numa vertente intermunicipal: as CIM como entidades dinamizadoras e promotoras do turismo;
- Revogação da concessão do turismo de altitude à empresa 'Turistrela', terminando com o monopólio no investimento na Serra da Estrela e fomentando a competitividade e a livre iniciativa para o desenvolvimento regional;
- Explorar a gastronomia regional aproveitando-a como incremento promocional quer local quer nacionalmente;
- Reforçar e melhorar o acesso para e dentro da região, adaptando as taxas cobradas nas ex-SCUT ao PIB per capita de cada região (o que força a uma redução de quase 50% na Beira Baixa), finalizando a construção do IC6, IC31,

---

<sup>3</sup> Contributos de Tomás Gonçalves e João Diogo.

# O que queremos alcançar ?

Linha da Beira Baixa melhorando toda a rede ferroviária e, até, discutir a construção de um Aeroporto Regional;

- Reforço na promoção dos ativos turísticos da região em particular no panorama internacional e ao nível do turismo de proximidade;
- Investimento da formação profissional local aplicada às atividades que derivam direta ou indiretamente da dinamização do sector do turismo;
- Criação de uma nova abordagem em matérias de burocracia, fiscalidade e legislação turística;
- Criação de uma estratégia de marketing territorial, largando o paradigma *low-cost* atualmente existente e apostando na digitalização e na criação de plataformas eletrónicas supramunicipais para melhorar a atratividade, garantindo serviço personalizado através da utilização das tecnologias de informação e comunicação;
- Melhoria das parcerias público-privadas atualmente existentes no setor, garantindo acesso equitativo para todos agentes do sector;
- Criação de uma rede de hotéis na região de forma a melhorar a rentabilidade e distribuição da rede hoteleira da região;

# O que queremos alcançar ?

## **Ensino Básico, Secundário, Superior e Ciência<sup>4</sup>**

- Redução da carga horária letiva e fomento de ensino autodidata e de atividades extracurriculares;
- Redução do peso nas mochilas dos estudantes, através da digitalização dos manuais escolares;
- Alargar a componente letiva dedicada ao Ensino das matérias basilares da cidadania e das ferramentas de participação cívica em Portugal (nacional e local); (segmento da UC de Filosofia no secundário dedicada a cultura do sistema político, geopolítica e matérias adjacentes)
- Conceber uma estratégia consistente de inclusão da programação e demais ferramentas tecnológicas enquanto linguagem essencial das décadas vindouras do século XXI (programação, comunicação);
- Assumir o Ensino Básico como o vetor-chave de promoção e consciencialização em torno dos desafios impostos ao desenvolvimento harmonioso e sustentável do planeta e do ecossistema social do ser humano (educação para práticas ambientais, alimentares, entre outras);
- Potenciar a aposta no desenvolvimento de iniciativas de mobilidade internacional e de promoção, desde cedo, de uma cultura de europeísmo e globalização (Erasmus+, Comenius, entre outros);
- Orientar o paradigma da Lei de Bases do Sistema Educativo por forma a tornar o ecossistema escolar numa plataforma de descoberta interior do aluno, no

---

<sup>4</sup> Contributos de Mário Pereira, João Diogo e Luís Vítor Silva.



# O que queremos alcançar ?

que concerne em particular os seus interesses, potencialidades e ambições específicas (sabemos que, no fim do percurso escolar formal, cada um sairá com anseio de áreas diferentes, convicções diferentes e vontades diferentes de deixar a sua marca no meio que o rodeia; sendo essa marca inevitavelmente baseada em conhecimento e competências, é importante permitir que cada aluno possa desde mais cedo aproximar-se do que mais o estimula);

- Programas de acompanhamento e amadurecimento vocacional, ao nível do ciclo inteiro do Ensino Secundário, individualizado ou coletivo;
- Revisão da fórmula de financiamento das Instituições do Ensino Superior, tendo em conta, não apenas o histórico de 'idade' das IES, mas também a sua tendência positiva ou negativa, o seu crescimento quantitativo e a produção científica qualitativa.
- Reorganizar a rede de Ensino Superior, através de consórcios ou fusões para ganhar escala e evitar a duplicação da mesma oferta formativa nos mesmos territórios (por exemplo, um consórcio entre o IPG, UBI e IPCB para por termo à sobreposição de 16 cursos no mesmo raio de 100km).
- Incentivo à implementação alargada de programas doutorais nas universidades, com financiamento garantido e supervisão da FCT.
- Proteção social completa para investigadores, com acesso a segurança social e o fim progressivo das bolsas de doutoramento para conversão em contratos de trabalho.
- Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, garantindo equidade no regime fundacional e igualdade na representação discente/docente nos conselhos gerais das IES.

# O que queremos alcançar ?

- Fim da dicotomia entre pedagogia e investigação, criando uma carreira de investigador que não obrigue a sua conciliação com uma carreira pedagógica e letiva, porque o melhor investigador nem sempre é o melhor professor.

## **Habitação e Demografia<sup>5</sup>**

- Incentivo financeiro ou de natureza fiscal para agregados familiares que optem por habitar e constituir família nas regiões mais desertificadas;
- Identificação dos contextos populacionais mais desertificados em Portugal e complementar definição e promoção de uma estratégia integrada de reabilitação urbana que permita sustentáveis dinâmicas de fixação e vivências
- Materialização do conceito de Parque Público Habitacional/Campus Urbano, com possível abordagem em regime de PPP
- Revisão de regime de fiscalidade em função da relação entre rendimento e custos com habitação;
- Mecanismos robustos de proteção de proprietário de frações de habitação em caso de incumprimento;
- Incutir às estratégias de reabilitação do edificado novas tendências e pressupostos de sustentabilidade e ótimo aproveitamento habitacional;
- Aproveitar a conjuntura de aparente compromisso com o processo de descentralização territorial para definir conceitos próprios, locais e regionais,

---

<sup>5</sup> Contributos de João Diogo.

# O que queremos alcançar ?

de vivência urbana e rural que sejam recompensadores, confortáveis e apelativos à migração de jovens e novas famílias;

- Enfoque num pacote progressista e comprometido de políticas amigas da família e da natalidade, em particular articulação com os agentes empresariais;

## ***Associativismo Juvenil e Participação Cívica<sup>6</sup>***

- Isenção de taxas e emolumentos. Ex: isenção/reembolso do IVA às associações juvenis, dada a cada vez maior importância política e cívica que o movimento associativo juvenil possui no nosso país, bem como a necessária equiparação com o associativismo estudantil, consideramos imperiosa a devolução total ou, no mínimo, parcial do IVA às associações de jovens, à semelhança do que acontece noutros setores de intervenção social;
- Reforço dos programas destinados às associações juvenis e estudantis. É necessário um reforço financeiro (sério!) das subvenções pontuais e anuais (PAJ, PAI, PAE, apoios pontuais, PRID) atribuídos às associações juvenis e estudantis;
- Possibilidade de consignação de IRS a associações juvenis e estudantis;
- Financiamento equitativo das IES às associações de estudantes. Apoio mínimo por parte dos estabelecimentos de ensino ( $\approx 1\text{€}/\text{estudante}$ ) que reduza a disparidade atualmente existe no seio do movimento estudantil;

---

<sup>6</sup> Contributos de José Bastos Pinto, Ana Azevedo Moreira e Hugo Lopes.

# O que queremos alcançar ?

- Gabinetes para o associativismo em municípios com mais de 20.000 habitantes. Criação de um gabinete de associativismo – que pode incluir também a juventude e desporto – a funcionar com técnicos de quadro, especializados nestas áreas para prestar auxílio aos dirigentes e jovens do concelho, e com a função de executar o plano municipal de juventude discutido e aprovado em AM e CMJ, que é atualmente obrigatório por lei;
- Promoção da mobilidade nacional entre dirigentes associativos, interna (continente) que possibilite aos jovens ligados ao associativismo juvenil visitar outras associações de outras regiões de Portugal continental. Para que possam ficar a conhecer novas metodologias de ação e que possam realizar ações em conjunto;
- Uniformização dos cartões jovens entre municípios. Fazer com que, por exemplo, um jovem de Braga que tenha o cartão municipal de juventude válido, se vier passar um fim de semana à Covilhã, possa aceder aos mesmos descontos em bilhetes e entradas que os jovens locais. Desta forma, não se retira a competência dos municípios nas vantagens que asseguram no seu cartão jovem, mas também não se prejudica a mobilidade das novas gerações pelo território;
- Criação de um sistema de ECTS para jovens associativistas. Reconhecer as competências e *soft skills* adquiridos por estes jovens (direções, assembleias e conselhos fiscais de associações juvenis ou estudantis) nestes contextos de aprendizagem ao longo da vida e através da educação não formal e ação cívica, como já acontece em programas como, por exemplo, o Erasmus +;

# O que queremos alcançar ?

- Revisão do Regime Jurídicos dos CMJ. Ao dependerem diretamente das Câmaras Municipais, o CMJ tem o poder que o Presidente da Câmara desejar. De forma contrária, o CNJ, não obstante seja também um dos (a par da FNAJ, movimento estudantil nacional Universitário e Politécnico e movimento político juvenil) órgãos consultivos do Governo em matérias de política juvenil, tem autonomia de gestão própria, o que torna a sua ação muito mais consequente;

## ***Revolução Industrial 4.0: Emprego, Inovação e Empreendedorismo<sup>7</sup>***

- Projetar, em sólida parceria com a rede da Academia que existe particularmente no interior, uma estratégia de complementaridade entre a oferta formativa pré e pós-graduada e o tecido empresarial com maior vigor dinâmico nas regiões interiores;
- Canalizar Financiamento Europeu para construir um emblemático campus empresarial num ponto estrategicamente favorável do centro interior do país. E que este campus seja um estímulo grandioso para inspirar ao investimento posterior na vertente da inovação e empreendedorismo, bem como à gradual mobilização dos indivíduos com afinidade profissional para a periferia deste campus;

---

<sup>7</sup> Contributos de Luís de Matos e João Diogo.

# O que queremos alcançar ?

- Dinamização, a nível local, de plataformas de participação cívica por iniciativa das autarquias que estimulem a implementação de ideias empreendedoras, por parte de pessoas individuais ou coletivas, que acorram a necessidades específicas identificadas ao nível do concelho ou região (CIM);
- Linhas autárquicas de apoio ao desenvolvimento de ideias empreendedoras, cujo propósito de negócio constitua em primeira instância benefício para as comunidades locais;
- Diferenciar as várias entidades de ensino superior. É necessário esclarecer qual é o papel que pretendemos para as universidades e politécnicos. Com o subfinanciamento temos os politécnicos a competir com as universidades e as universidades com as empresas. É urgente ligar o ensino superior as empresas, e como tal, defendo a criação de regalias e apoios para as empresas poderem desenvolver projetos de investigação com as universidades e transferir esse conhecimento para as empresas;
- Convocar o Top50 das empresas Portuguesas a criarem um fundo para apoiar o ecossistema empreendedor e PME. É necessário que estas empresas disponham paralelamente de benefícios para si próprias, pelo incentivo/risco em que incorrem;
- Renovação estratégica e ambiciosa das infraestruturas ferroviárias, por forma a aproximar temporalmente todos os pontos do país. Deste modo, permitir-se-á às pessoas, porque são elas que estão na base do dinamismo económico, que flexibilizem as suas escolhas pessoais com as suas escolhas profissionais. Isto permitirá, por exemplo, que se aumente o número de pessoas que pode trabalhar num grande centro urbano como Lisboa e Porto, e ter residência

# O que queremos alcançar ?

permanente em regiões mais interiores. Não se trata, portanto, de despovoar os grandes centros urbanos. Pretende-se, isso sim, materializar uma assunção muito lógica de que existem efetivamente, ao dia de hoje, mais oportunidades e dinamismo nestas regiões, mas que cada vez mais se denota o interesse em desenvolver uma vida pessoal que possa estar desligada da turbulência destes meios, fator em que as regiões interiores dispõem de inequívoca vantagem;

- Mecanismo incisivo de projeção internacional do comércio endógeno do interior, com suporte à expansão de escala de setores tidos como de elevado potencial (i.e. gastronomia, artesanato, têxtil);
- Alívio fiscal significativo a projetos de investimento e negócio que sejam amigos do ambiente;
- Abolição em, pelo menos, 50% do valor das portagens rodoviárias, ajustando as taxas cobradas ao PIB percentual das regiões afetadas sobre o PIB nacional.
- Aeroporto num ponto central de Portugal, com suporte de rede ferroviária ou rodoviária que assegure chegada aos extremos do país (i.e Porto e Faro) num máximo de aproximadamente 2h de viagem;

# O que queremos alcançar ?

## **Reforma do Sistema Político e Reorganização Administrativa do Território<sup>8</sup>**

- Atribuição às CIM de Competências Próprias na Saúde, Turismo e Educação – Uma das necessidades sentidas é que não há uma atribuição de competências próprias às CIM, o que as torna meras distribuidoras de fundos comunitários. Devíamos, uma melhor gestão de alguns serviços, administrar competências através de um órgão mais abrangentes territorialmente como por exemplo a educação e a saúde.
- Pôr termo à dicotomia aparente entre Distritos, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Comunidades Intermunicipais– Devem, no máximo, ser duas comunidades a agregar os municípios da Beira Baixa com problemáticas idênticas ou, até – substituindo em larga medida as CCDR e tornando-se estruturas subnacionais com círculos eleitorais para o Parlamento segundo a sua delimitação –, uma única CIM que englobe toda a Beira Interior.
- O Presidente das CIM deve ser escolhido através do resultado do sufrágio universal, secreto e direto dos cidadãos para a Assembleia Intermunicipal, de cuja composição decorra o Conselho diretivo, dado que, na sua atual composição, cada Presidente de Câmara, membro do Conselho Intermunicipal, procurará sempre beneficiar o seu município em detrimento dos restantes.

---

<sup>8</sup> Contributos de Hugo Lopes, Daniela José e Duarte Matias.



# O que queremos alcançar ?

- Criação de órgãos consultivos – para dar voz, por exemplo, aos jovens representantes das 43 associações juvenis da Beira Baixa e equiparadas, bem como os aos responsáveis de segurança e proteção civil, saúde e educação.
- Gestão conjunta dos municípios relativamente à manutenção e a valorização de equipamentos coletivos de grandes dimensões e que possam servir mais que uma comunidade.
- Modelo de financiamento ajustado a cada atribuição em concreto, tendo em conta os princípios de racionalidade económica e por forma a não delegar somente a despesa, mas também a receita para a governação local e regional.
- Reforma do Sistema Eleitoral para a Assembleia da República, com introdução do sistema de voto preferencial para aproximar os governantes dos governados, dando aos eleitores a possibilidade de ordenarem os candidatos a deputados de acordo com as suas preferências e renovando os métodos de política partidária, abrindo os partidos à sociedade civil e retirando o monopólio da ordenação dos candidatos, ainda que mantendo listas fechadas de acordo com as indicações destas estruturas, desde que não bloqueadas.
- A reformulação da magnitude dos atuais círculos plurinominais, atendendo à eventual nova organização territorial.
- A criação de um eventual círculo nacional de compensação que promova maior proporcionalidade e diminua o voto útil.
- Introdução de limite mínimo e máximo de deputados por círculo eleitoral. Um pacto para a sustentabilidade territorial, como acontece para o Parlamento Europeu, dado que os parlamentares devem manter a proximidade não apenas à população, mas também ao território.

# O que queremos alcançar ?

- A limitação de mandatos para todos os cargos políticos afigura-se igualmente como indispensável para promover a renovação de quadros, diminuir a cartelização e a profissionalização da política, a par da exclusividade do mandato parlamentar, proposta decorrente da Moção de Estratégia Global aprovada no último Congresso Distrital.
- Explorar os benefícios do *apparentement*, beneficiando coligações pré-eleitorais na conversão de votos em mandatos, e das moções de censura construtivas, para garantir a estabilidade e fazer com que cada proposta de destituição do Governo tenha como pressuposto uma alternativa parlamentar estável e duradoura.
- Reformar o Poder Local, acabando com a dupla parlamentarização da democracia autárquica, na qual a agenda política das Assembleias Municipais decorre da agenda discutida quinzenalmente em reuniões do executivo;
- A formação de executivos monocores, mais pequenos e decorrentes de eleição através de lista única à Assembleia Municipal. No caso de um Vereador abdicar do seu mandato, não faz sentido que o Presidente da Câmara tenha que se sujeitar ao elemento seguinte numa lista elaborada, por norma, quase exclusiva e infelizmente, para ganhar votos, mas que tenha a possibilidade de formar executivos monocores, mais pequenos e com os mais capazes em vez dos mais populares.
- Um executivo politicamente responsável perante o órgão deliberativo. Não faz sentido que o órgão máximo tenha a mesma legitimidade direta do executivo e não tenha sequer poderes para destituir a Câmara, pelo que se propõe o aumento da periodicidade das reuniões, a garantia de assessoria técnica aos

# O que queremos alcançar ?

eleitos e o reforço das suas competências de fiscalização e poderes potestativos e de destituição do executivo.

- Diminuir a «omnisciência e onnipotência» dos Presidentes de Câmara» e distribuir esses poderes para todo o órgão executivo, nomeadamente em matérias de delegação de competências, licenciamentos e autorização de despesa. Em Portugal, os PCM são equiparados a um órgão municipal, com competências e delegações próprias quando se preveem representantes de um órgão colegial que, ao invés de se tornar um espaço de democracia e decisão plural, não é mais do que um mini-parlamento de oposição ou subserviência ao edil municipal.



// JSD.Distrital.CasteloBranco@gmail.com



// JSD.Distrital.CasteloBranco



JUVENTUDE  
SOCIAL  
DEMOCRATA  
**DISTRITAL  
CASTELO  
BRANCO**

JSDISTRITALCASTELOBRANCO.PT